



ACÓRDÃO Nº506/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 2316/2013.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Paula Ângela Valério de Oliveira - OAB1024
- 4- **Órgão:** Fundação Universidade do Estado do Amazonas - UEA
- 5- **Exercício:** 2012
- 6- **Responsável:** Jose Aldemir de Oliveira (Ordenador de Despesa)
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4589/2016-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Administração Indireta Estadual (autarquias, Fundações e Fundos Especiais). Fundação Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Exercício de 2012.

Regularidade com ressalvas. Determinação. Encaminhamento.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em divergência com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do Sr. Jose Aldemir de Oliveira, Ex-Reitor da Universidade Estadual do Amazonas - UEA e ordenador de despesa, exercício 2013, nos termos do inciso II do artigo 1º e inciso II do artigo 22 da Lei estadual nº 2.423/96, dando quitação e condicionando-os ao atendimento do art. 24, c/c o inciso II do art. 72, todos da Lei estadual nº 2.423/96;

9.2. Determinar à Fundação Universidade do Estado do Amazonas - Uea, nos termos do art. 188, §2º, do Regimento Interno/TCE-AM, que:

9.2.1. encaminhe, juntamente com sua prestação de contas anuais, o relatório de auditoria, exigido pelo art. 10, II, da Lei nº 2.423/96, sob pena de aplicação do art. 54, VII da Lei nº 2.423/96;

9.2.2. regularize as pendências bancárias, sob pena de aplicação



ACÓRDÃO Nº506/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

do art. 54, VII da Lei nº 2.423/96;

- 9.2.3. utilize pesquisa de mercado para estipular um valor-hora para composição de custos unitários para os serviços contratados de mão de obra de professores;
- 9.2.4. mantenha o controle de recebimento de bem com a relação de documentos e dos servidores responsáveis pelo recebimento e controle patrimonial;
- 9.2.5. os contratos firmados observem as regras disciplinadas nos arts. 54 e 55 da Lei federal nº 8.666/93;
- 9.2.6. reveja o procedimento de centralização de pagamentos de despesas de todos os Órgãos pela SEFAZ, a fim de evitar juros por atrasos nos pagamentos;
- 9.2.7. envie a relação de tomadores de adiantamento para SEFAZ, de forma tempestiva;
- 9.2.8. mantenha a fiscalização nos contratos realizados com a Fundação Muraki no sentido de verificar a eficiência e eficácia da prestação dos serviços;
- 9.2.9. justifique o preço de suas dispensas licitatórias, levando em conta pesquisa de mercado para composição de custos unitários de serviços, como reza o art. 26, parágrafo único, III, da Lei federal nº 8.666/93 e Jurisprudência do TCU;
- 9.2.10. não delegue sua competência exclusiva, em cumprimento ao art. 1º, da Lei estadual nº 2.637/2001 e IV, art. 13, Lei estadual nº 2.794/2003;
- 9.2.11. retifique os seus termos de contratos que possuam prazo superior a 12 (doze) meses, em cumprimento ao art. 57, II, da Lei federal nº 8.666/93 e art. 34 da Lei federal nº 4.320/64;
- 9.2.12. só assine contrato quando o contratado apresentar todas as certidões negativas de débito com os fiscos federal, estadual e municipal, em cumprimento ao art. 29, III, da Lei federal nº 8.666/93;
- 9.2.13. abstenha-se de assinar contratos que possuam vigência



ACÓRDÃO Nº506/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

maior que um exercício financeiro sem comprovar que os objetos dos contratos estejam contemplados com seus respectivos recursos orçamentários (art. 167, II, da CF/88 c/c art. 57, *caput*, da Lei nº 8.666/93);

- 9.2.14. observe as exigências da Lei federal nº 8.666/93, demonstrando sempre a vantagem econômica e/ou a maior eficiência na execução do serviço pela Fundação Muraki, assim como justificar o seu preço (art. 26, Parágrafo Único, III da Lei nº 8.666/93);
- 9.2.15. apresente o Parecer do Conselho Deliberativo e/ou do Conselho Fiscal que devem se pronunciar sobre as contas da UEA (art. 2.º, parágrafo único, inciso IX, da Resolução n.º 05/90 e Estatuto da UEA, art. 14, IV – aprovado pelo decreto 21.963/2001);
- 9.2.16. obedeça à legislação de Direito Financeiro, ao princípio orçamentário do equilíbrio e à Lei Complementar nº 101/00 (LRF), mantendo uma melhor comunicação com a Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ-AM;
- 9.2.17. Regularize as inúmeras pendências da conciliação bancária por ter causado, injustificadamente, distorções no saldo disponível dos Balanços Financeiro e Patrimonial;
- 9.2.18. Promova o efetivo acompanhamento dos contratos determinados para que não ultrapassem os prazos acordados;
- 9.2.19. Encaminhe os devidos comprovantes das ações tomadas no item anterior.
- 9.2.20. Realizar processos licitatórios para a concessão de espaço público da UEA;
- 9.2.21. Manter o controle dos comprovantes de pagamento dos aluguéis da concessão dos espaços da UEA;
- 9.2.22. Instale medidor de consumo de energia e água para as contratadas;



ACÓRDÃO Nº506/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.3. Determinar à Controladoria Geral do Estado - CGE, que cumpra seu dever constitucional de controle interno, nos termos do art. 74 da CF/88, perante os órgãos do Estado do Amazonas, sob pena de aplicação de multa prevista no inciso VI do art. 308 do RI-TCE/AM (multa por grave infração à norma legal).

9.4. Determinar à Secretaria de Estado da Fazenda - Sefaz, que recolha as consignações nas datas corretas dos vencimentos, a fim de evitar o pagamento com juros.

9.5. Encaminhar à Comissão cópia do Acórdão para que verifique:

9.5.1.as pendências de conciliações bancárias dos anos de 2008, 2009, e 2011, referente a conta contábil créditos tomados pelo banco.

Vencido: O voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva pela irregularidade das contas e outras cominações legais.

10- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de Maio de 2017

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazonia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Josué Cláudio de Souza Filho.

12.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em substituição

ALIPIO REIS FIRMO FILHO

Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral